

# MARGEM GEM ESQUERDA

**REVISTA DA BOITEMPO**

**27 2º SEMESTRE, 2016**





Autora, entre outros, de *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*<sup>2</sup>, nesta entrevista realizada por Ivana Jinkings e Thaisa Burani<sup>3</sup>, Sueli fala à *Margem Esquerda* sobre sua trajetória pessoal e formação política, reflete sobre as suas principais referências acadêmicas e intelectuais e faz um balanço da experiência desse mais de meio século de militância, apontando os principais desafios a serem enfrentados pelas próximas gerações de feministas negras diante do momento crítico que o país atravessa, marcado pelo esgarçamento do racismo e o assalto à democracia.

*Margem Esquerda* – Gostaríamos de começar perguntando de sua vida pessoal. Você nasceu e cresceu na Lapa, numa família numerosa e acolhedora. Como você descreveria sua infância e sua adolescência? Quais são as heranças desse período?

Sueli Carneiro – Sim, nasci na Lapa e passei a infância e a adolescência na região de Pirituba. Sou a mais velha de sete filhos (quatro meninas e três meninos). Meu pai era ferroviário, e minha mãe, costureira e dona de casa. Para mim, a principal herança desse período é a cultura proletária, gregária e solidária que caracterizava as vilas operárias de minha infância e que marcou profundamente minha família. Costumo dizer que naquele tempo havia uma pobreza cheia de dignidade, ética e solidariedade. Esta é minha mais cara lembrança de infância: chefes de família trabalhadores, a maioria em atividades manuais, percebendo os baixos salários que recebiam, mas orgulhosos de, apesar disso, serem capazes de manter a família com dignidade. O orgulho estava em não faltar comida à mesa e, principalmente, em ter a “mistura” para oferecer aos filhos. Sobretudo, em manter os filhos na escola, pois, como dizia meu pai, educação era a única herança que ele poderia nos deixar. Para minha mãe, havia a esperança de que as filhas, com educação, não seriam dependentes de maridos nem de ninguém.

ME – E a educação formal, como foi? Qual era sua relação com os estudos?

SC – Entrei na escola aos seis anos, já alfabetizada por minha mãe. Ela tinha primário completo, bela letra e era exímia datilógrafa. Tinha uma inteligência luminosa, que não pôde se desenvolver em sua plenitude,

<sup>2</sup> Sueli Carneiro, *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* (São Paulo, Selo Negro, 2011).

<sup>3</sup> Com a colaboração de Artur Renzo.

inicialmente por condições adversas de vida e depois pelas limitações impostas pelo casamento.

Repetir de ano ou abandonar a escola não eram opções. E a psicologia materna que garantia obediência era o “psicotapa” (risos). Já adulta, eu dizia para minha mãe que, se ela tivesse nos educado nos tempos presentes, estaria presa devido aos direitos conquistados pelas crianças. Ela rebatia, afirmando que, graça a seus métodos, não tinha nenhuma filha “perdida” nem nenhum filho bandido. Assim eram aqueles tempos...

Sempre estudei em escola pública, do primário à pós-graduação. Ler e estudar foram para mim, por muitos anos, as principais fontes de lazer, pois eram a maneira de acessar conhecimento, outros mundos, outras culturas. Então, especialmente a literatura me permitiu sonhar e desejar coisas que estavam muito além de minha pequena Vila Bonilha, que naquele tempo nem sequer aparecia no mapa.

*ME – Conte-nos um pouco por quais caminhos você desenvolveu consciência política.*

SC – Meus pais eram pessoas com consciência racial. Isso, para eles, significava saber que pessoas negras são discriminadas em função da cor da pele e perceber a necessidade de prevenir os filhos para se defenderem dessa violência. Minha mãe se encarregava de nos ensinar a reação necessária a qualquer agravo. Coerente com sua “pedagogia”, ela dizia: “Se te xingarem de ‘negrinha’ na rua, revida dizendo...”. Na continuação dessa frase cabia toda sorte de impropérios (risos). “Se chegar chorando em casa porque apanhou na rua, vai apanhar de novo para aprender a se defender.” Ou seja, passei grande parte de minha infância xingando e batendo muito!

Mas a politização da consciência racial é um processo mais complexo, que demorou mais tempo e só se completou depois que entrei na universidade, quando descobri a existência dos movimentos negros. Ou seja, que o racismo é um sistema de dominação, exploração e exclusão que exige a resistência sistemática dos grupos por ele oprimidos, e que a organização política é essencial para esse enfrentamento.

Nessa época, passei a ter contato com lideranças dos movimentos feministas e, a partir daí, comecei a compreender como era possível amar e venerar um pai responsável e provedor como o meu e, ao mesmo tempo,

---

**O racismo é um sistema de dominação, exploração e exclusão que exige a resistência sistemática dos grupos por ele oprimidos**

---

ser impossível manter com ele um diálogo civilizado quando se tratava de assuntos relativos às mulheres. Ele era machista, simplesmente, e o feminismo me fez descobrir que, se eu deixasse, ele limitaria minhas escolhas, como já havia feito com minha mãe. Daí pra frente, virei feminista, deu no que deu... (risos).

*ME – Você chegou a sofrer racismo no ambiente escolar ou em outro?*

*SC – A escola é, via de regra, o palco das primeiras experiências de discriminação racial, que ocorre em diferentes níveis, nas agressões dos “coleguinhas”, no tratamento diferenciado por parte de professores e demais profissionais do cotidiano escolar.*

---

**Os estereótipos dos professores a respeito da educabilidade das crianças negras e pobres funcionam como profecias que se realizam**

---

Na relação entre professor e aluno, as pesquisas mostram que há hierarquização das crianças. As brancas recebem mais atenção e manifestações afetivas de professores que as demais; os elogios são feitos a elas como pessoas: são inteligentes, espertas, bonitas etc. No caso das crianças negras, são feitos elogios às tarefas que estão bem-feitas, mas não a elas como seres humanos dignos de admiração e incentivo. Os estudos indicam ainda que os estereótipos dos professores a respeito da educabilidade das crianças negras e pobres funcionam como profecias que se realizam. Esses estereótipos estão na base de um

sistema de mensagens que contribui para configurar negativamente a autoestima d@s alun@s negr@s; é o processo de produção de seu fracasso escolar. Experimentei – sobretudo no primário, mas também nos demais níveis de ensino – todas essas dimensões da discriminação racial na escola.

*ME – Ao longo de sua trajetória, são notáveis as intersecções que você faz entre teoria e prática. Sobre essa sua formação intelectual e política, que autoras e autores a influenciaram mais fortemente?*

*SC – Na questão de gênero, a primeira referência que se impõe nesse resgate é Lélia Gonzalez, com quem aprendi ser a mulher negra um modo específico de subjetivação, uma especificidade no universo feminino resultante da trajetória histórica diferenciada que demarca outra maneira de construção dos gêneros no contexto da dominação colonial e pós-colonial. Tenho dito e escrito que Lélia Gonzalez estabeleceu as bases que estruturaram o movimento contemporâneo de mulheres negras ao apontar o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, que desconsiderava a centralidade da questão racial nas hierarquias de gênero presentes na sociedade e universalizava para o conjunto das mulheres uma concepção ocidental,*

sem as mediações dos processos de dominação, violência e exploração específicas da interação entre ocidentais e não brancos desde o período colonial. Essas questões postas por Lélia Gonzalez se tornaram a senha para as mulheres negras ousarem desenhar como concepção e ação política o que hoje chamamos de “feminismo negro”. Paralelamente à militância, Lélia estava na academia, circulando em diversos espaços de produção do conhecimento. Essa articulação e o diálogo com distintas vozes e lideranças fizeram dela uma “intelectual orgânica”, em constante interação com a militância do movimento negro, com a academia e com os movimentos de mulheres. Esse é o modelo de ação política e intelectual que informa o feminismo negro.

Com a feminista e socióloga brasileira Heleieth Saffioti, aprofundi a visão sobre o outro lado dos processos de dominação relativos às mulheres: o lado eleito da racialidade hegemônica, que em sua interação com a racialidade dominada institui a desigualdade intragênero e a condição, para as mulheres brancas, de opressoras de segunda linha na hierarquia racial.

Sucedendo na linha da memória o nome da afro-americana Patricia Collins, que me amplia a perspectiva teórica para fundamentar os novos conteúdos que as mulheres negras poderiam levar para a cena política e o plano da reflexão para a luta feminista, sobretudo o caráter diaspórico de nossa luta pelas experiências históricas compartilhadas: o legado de uma história de luta, a natureza interligada de raça, raça e classe, o combate a estereótipos ou “imagens de controle”, a política sexual etc.

Segue bell hooks, que dissecou os mecanismos de produção da inferioridade acadêmica ou da indigência cultural para as mulheres negras, o que me permitiu reconhecê-las como práticas de epistemicídio, conceito extraído do pensamento de Boaventura Sousa Santos que utilizo em minha tese de doutorado, cotejado com a visão de bell hooks sobre as contradições presentes na relação entre negro e educação.

Nancy Fraser auxilia minha reflexão com suas noções de reconhecimento e justiça redistributiva, por meio das quais articulo a natureza interligada de raça, classe e gênero a um projeto político emancipatório fundado, como pretende Fraser, num conceito amplo de gênero que incorpore a diversidade de femininos e feminismos historicamente construídos e englobar igualmente a distribuição e o reconhecimento.

Encontro Carole Pateman por meio de um filósofo afro-americano, Charles Mills, autor de *The Racial Contract*. Mills, inspirado por Pateman, defende nesse seu *Contrato racial* que há, tal como formulado pelo filósofo afro-americano Charles Mills, um Contrato Racial em vigência global, cujo desvelamento revela um sistema político não nomeado: a supremacia

branca e patriarcal no mundo. Pateman e Mills têm me permitido situar os temas de gênero e raça no âmbito da filosofia política e suas implicações para a realização da igualdade e da consolidação da democracia. Desde Lélia Gonzalez, vimos engendrar a visão que muitas feministas brasileiras compartilham, segundo a qual um feminismo brasileiro – e mesmo latino-americano – tem de se fundar numa perspectiva feminista, antirracista e popular para reconhecer e atender às diferentes complexidades postas para a emancipação de mulheres dos países latino-americanos e caribenhos e para conquistar as reparações devidas àquelas que suportam os maiores ônus decorrentes da opressão patriarcal e colonial que são as mulheres negras e indígenas.

Na questão racial, @s ativistas negr@s da minha geração foram fortemente influenciad@s pelo pensamento dos líderes dos processos de libertação das colônias africanas, como Agostinho Neto, Samora Machel, Amílcar Cabral, Kwame Nkrumah e Patrice Lumumba, e dos líderes negros norte-americanos, como Martin Luther King e Malcolm X. Eu, pessoalmente, sempre tive por ídolo Nelson Mandela. Esses pensadores influenciaram as concepções e as escolhas que fizemos em termos de ação política antirracista.

Porém, foi o livro de Abdias do Nascimento *O genocídio do negro brasileiro* (1978) que teve impacto decisivo em minha maneira de compreender a questão racial no Brasil.

Como escrevi na orelha de sua biografia, organizada por Ele Semog, a história política e a reflexão de Abdias do Nascimento se inserem no patrimônio político-cultural pan-africanista, repletas de contribuições para a compreensão e a superação dos fatores que vêm historicamente subjugando os povos africanos e sua diáspora. Abdias do Nascimento é a grande expressão brasileira dessa tradição, que inclui líderes e pensadores da estatura de Marcus Garvey, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Cheikh Anta Diop, Léopold Sédar Senghor, Patrice Lumumba, Kwame Nkrumah, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Steve Biko, Angela Davis, Martin Luther King e Malcolm X, entre muitos outros.

A atualidade e a justeza das análises e das posições defendidas por Abdias do Nascimento ao longo de sua vida se manifestam contemporaneamente, entre outros exemplos, nos resultados da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, ocorrida em setembro de 2001, em Durban, África do Sul, que parecem inspiradas em seu livro *O genocídio do negro brasileiro* e em suas incontáveis proposições parlamentares.

Aprendemos com ele tudo de essencial que há sobre a questão racial no Brasil: identificar o genocídio do negro; as manhas dos poderes para

impedir a escuta de vozes insurgentes; ver-nos como pertencentes a uma comunidade de destino, produtores e herdeiros de um patrimônio cultural construído nos embates da diáspora negra com a supremacia branca em toda parte. Qualquer tema que esteja na agenda nacional sobre a problemática racial no presente já esteve em sua agenda política décadas atrás, nada lhe escapou. Mas o que devemos a ele é, sobretudo, a conquista de um pensar negro: uma perspectiva política *afrocentrada* para o desvelamento e o enfrentamento dos desafios para a efetivação de uma cidadania afrodescendente no Brasil.

Tenho também grande apreço pela contribuição do sociólogo Carlos Hasenbalg, que, com seu importante livro *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (1979), nos ajudou a fundamentar a questão da centralidade da variável racial na produção e na reprodução das desigualdades sociais e nos processos de exclusão social do negro na sociedade brasileira.

#### *ME – E na filosofia?*

Na filosofia, escolhi trabalhar com Michel Foucault e sua filosofia dos dispositivos, além da tecnologia do biopoder, para discutir os processos de disciplinarização e/ou extermínio e exclusão dos negros no Brasil. Apoio-me no filósofo afro-americano Charles Mills para discutir as relações entre racialidade e poder mediadas pela teoria do Contrato Racial que estrutura a supremacia branca no mundo por ele desenvolvida. Boaventura Sousa Santos, com seu conceito de “epistemicídio”, contribui para meu entendimento sobre os processos de negação dos negros como sujeitos do conhecimento. Esses são autores que me sustentaram na sistematização do pensamento sobre as relações raciais no Brasil para minha tese de doutorado<sup>4</sup>.

Mantenho quase como uma questão metodológica a advertência de Aimé Césaire, para quem “existem duas maneiras de se perder: por segregação intramuros no particular ou pela diluição no universal”<sup>5</sup>.

Citei, portanto, alguns autores e autoras com os quais tenho dialogado no esforço de compreender melhor a questão racial e as questões de gênero.

#### *ME – E sua militância política? Como se tornou uma das principais precursoras do feminismo negro no Brasil?*

<sup>4</sup> *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* (Tese de Doutorado em Educação, São Paulo, Faculdade de Educação da USP, 2005).

<sup>5</sup> *Lettre à Maurice Thorez* (Fort-de-France, Désormeaux, 1976).

SC – O que me levou à militância foi a indignação. Indignação com as práticas racistas e indignação com as práticas sexistas correntes em nossa sociedade. Tornou-se impossível, para mim, coexistir sem lutar contra essas violações! E conhecer Lélia Gonzalez me deu o caminho, foi quando descobri o que queria ser quando crescesse!

Assim, no fim da década de 1980, eu postulava que a busca da afirmação política da mulher negra decorria da insuficiência com que a questão da mulher negra era tratada tanto no movimento feminista branco quanto no movimento negro e também do fato de que, malgrado a solidariedade de algumas feministas e militantes negras, a conjugação de racismo e sexismo sobre a mulher negra resulta, na prática social, no fato de que as conquistas dos movimentos de mulheres acabam privilegiando socialmente as mulheres brancas e de que as conquistas dos movimentos negros tendem a privilegiar os homens negros, mantendo-se para a mulher negra o confinamento nos piores lugares da hierarquia social.

Assim posto, considerava que a necessidade existencial e política que impulsionava o esforço organizativo das mulheres negras evidenciava os limites da ação política desses dois movimentos sociais que são suas matrizes geradoras. Ou seja, a configuração da mulher negra como uma nova força política significava também a afirmação de uma crítica política a esses dois movimentos. Crítica esta decorrente do caráter subordinado que a questão mulher negra tem tido na pauta de reivindicações ou nas propostas gerais encaminhadas tanto pelo movimento negro como pelo movimento feminista, atitude que vem se modificando nos últimos anos em virtude da cobrança cada vez mais efetiva das mulheres negras. Na medida em que não se sentiam contempladas nas propostas do movimento feminista, desenvolveu-se em expressivas parcelas de militantes negras uma atitude de certa rejeição das teses desse movimento. A consequência da leitura feita pelas mulheres negras sobre a prática política dos movimentos em questão tem sido a busca de um novo posicionamento político, o qual tem por sentido estratégico o reposicionamento da questão das mulheres e da questão racial pela perspectiva das mulheres negras. Essas ideias fundamentaram, em 1988, a criação do Geledés – Instituto da Mulher Negra, que é uma organização não governamental que nasce com a perspectiva de ser um instrumento político para dar voz às mulheres negras e assegurar que as lutas conjuntas travadas por mulheres e negros por igualdade de oportunidades e direitos resultem também na reversão do quadro de inferioridade social em que vive a maioria das mulheres negras no Brasil. Dessa perspectiva, as áreas prioritárias da ação

---

O que me levou  
à militância  
foi a indignação.  
Indignação com as  
práticas racistas e  
sexistas correntes

---

política e social do Geledés são a questão racial, as questões de gênero, as implicações desses temas nos direitos humanos, a educação, a saúde, a comunicação, o mercado de trabalho, a pesquisa acadêmica e as políticas públicas. Em todos esses temas, o Geledés desenvolve projetos próprios ou em parceria com outras organizações de defesa dos direitos de cidadania, além de monitorar, pelo Portal Geledés, o debate público que ocorre sobre cada um deles no Brasil e no mundo.

*ME – E como surgiu o Geledés? Poderia falar um pouco sobre a importância de um projeto como esse e de que forma o racismo afeta, por exemplo, a saúde da mulher negra?*

SC – O Geledés surge estruturado em três programas: direitos humanos, saúde e comunicação. Eu tenho sido coordenadora do programa de direitos humanos desde a fundação da organização.

Durante os oito primeiros anos do Geledés, o programa de saúde foi coordenado pela psicóloga Edna Roland. Ele realiza a articulação política com outras organizações não governamentais e movimentos sociais para interferir na elaboração e na implementação de políticas públicas na área da saúde e dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, que atendam às necessidades e aos interesses das mulheres negras em particular e da população negra em geral. Desenvolve projetos de prevenção e promoção da saúde e atua pela implementação do Plano Nacional de Saúde da População Negra, como forma de reduzir os padrões superiores de morbidade e mortalidade encontrados na população negra quando comparada à branca. Pessoas negras em geral vivem menos e morrem mais de causas evitáveis. Como apontei em outros momentos, a associação entre raça e saúde no Brasil decorre de uma realidade muito concreta, corroborada por estudos e pesquisas que atestam desigualdades sofridas pelos negros na proteção à saúde – essa situação deriva tanto de condições socioeconômicas como da prevalência de determinadas doenças entre a população negra ou de predisposições genéticas ignoradas, minimizadas ou tratadas com descaso pelos agentes de saúde. Entre elas, destacam-se diabetes, hipertensão arterial, anemia falciforme e miomatose. Há ainda os níveis superiores de mortalidade materna entre gestantes negras, resultado das diferenças percebidas na assistência na gravidez, no parto e no puerpério, como demonstra pesquisa realizada pela Fiocruz. Segundo uma das pesquisadoras desse estudo,

---

**A associação entre raça e saúde no Brasil decorre de uma realidade muito concreta, corroborada por estudos e pesquisas que atestam desigualdades sofridas pelos negros**

---

Maria do Carmo Leal, essa diferença, em desfavor das mulheres negras, é “estatisticamente significativa mantida, ainda que os dados fossem estratificados/controlados por escolaridade”, o que enseja a suspeita de discriminação no atendimento<sup>6</sup>.

*ME – Em sua biografia escrita por Rosane da Silva Borges, a autora aponta sua iniciação no candomblé como um poderoso processo de resgate de identidade. Você poderia falar um pouco sobre isso?*

*SC – Foi uma procura intencional num momento de vida em que eu me encontrava com um sentimento de perda de referências, por estar distanciada de minha família, intoxicada de filosofia ocidental e de mundo branco (risos). Sim, o candomblé teve este efeito em mim: oferecer uma cosmogonia de matriz africana que me dotou de uma identidade fortalecedora para os embates com os múltiplos dispositivos de domesticação e assujeitamento das pessoas negras na sociedade. Sou filha de Ogum e, como se diz em nossa tradição, sou raspada, pintada, catulada e dei nome na praça... Ogunhê!*

---

**Há duas questões cruciais a serem enfrentadas: o racismo e o fundamentalismo religioso**

---

*ME – Quais são, na sua opinião, as grandes questões que os feminismos negros devem enfrentar hoje no Brasil?*

*SC – Em meu entendimento, para o feminismo em geral e para o feminismo negro em particular, há duas questões cruciais a serem enfrentadas: o racismo e o fundamentalismo religioso.*

Entendo que as novas gerações têm o desafio de enfrentar um novo tipo de racismo, despido das etiquetas que governavam as relações raciais quando ditadas pelo mito da democracia racial tendo por tônica a hipocrisia e a dissimulação. Nesse contexto, o pacto racial predizia não haver racismo no Brasil, que éramos todos iguais e que nós, negros, deveríamos fazer de conta que acreditávamos nisso. Esse tempo passou, e o que temos atualmente é um racismo que se torna cada vez mais direito, explícito e violento, sem mediações nem medo de dizer seu nome. Minha geração se empenhou em desmascarar o mito da democracia racial, a geração atual terá que engendrar novas formas de luta e de organização política para fazer frente a essa radicalização do conflito racial que parece se anunciar. Boa sorte as futuras gerações!

---

<sup>6</sup> Maria do Carmo Leal, Silvana Granado Nogueira da Gama e Cynthia Braga da Cunha, “Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto, 1999-2001”, *Saúde Pública*, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, v. 39, n. 1, 2005, p. 100-7.

A outra questão crítica a enfrentar são os efeitos deletérios da expansão do fundamentalismo cristão na sociedade brasileira e suas investidas sobre as conquistas das mulheres, sobretudo no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos, à implementação de perspectiva de respeito e valorização da diversidade de raça e gênero na educação formal e ao incremento da intolerância religiosa.

*ME – Como você caracterizaria o momento político atual no Brasil, com o impedimento de Dilma Rousseff?*

SC – O que tenho dito, em diversas ocasiões, a respeito desse momento político é que eu pertencço à geração que lutou contra a ditadura militar e pela redemocratização do Brasil. Pertencço também ao campo político que luta por igualdade de gênero e de raça e pelo respeito aos direitos humanos e à dignidade de todas as pessoas. Entendo que o atual momento político anuncia retrocessos e ameaças a todas essas lutas. Como muitas outras pessoas, penso que a proposta de impeachment sem evidência de crime de responsabilidade é golpe e, portanto, um atentado à democracia; entendo que grande parte da agenda em curso no Congresso Nacional visa à precarização das relações de trabalho, à criminalização dos movimentos sociais, ao retrocesso nas questões de gênero que atingem em cheio direitos arduamente conquistados pelas mulheres e pelas pessoas de diferentes orientações sexuais e, por fim, colocam em alerta o futuro das políticas voltadas para a promoção da igualdade racial e a redução das desigualdades sociais. Prosperam impunemente na sociedade manifestações cada vez mais explícitas de ódio racial e de classe, de misoginia e de intolerâncias que alimentam e estimulam múltiplas formas de violência. Portanto, para mim, estamos diante de um cenário temerário, que clama pela resistência vigorosa das forças progressistas da sociedade brasileira na defesa intransigente do ambiente democrático, indispensável para a promoção da igualdade de direitos e oportunidades com reconhecimento e justiça social, que é o que desejamos para todas e todos nós.

---

**Prosperam  
impunemente  
na sociedade  
manifestações  
cada vez mais  
explícitas de ódio  
racial e de classe**

---